

Justiça em

ano III - abril 2009 - número 10



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Ano Novo Novos Desafios

**Futuro e expectativas da
Justiça Federal de São Paulo
para o ano de 2009**

NESTA EDIÇÃO

**A NOVA ESTRUTURA DO COMPLEXO PW
VARAS PREVIDENCIÁRIAS
PSICOSSOCIAL**

Último Editorial

Há muito o que dizer neste último editorial como Diretora do Foro do Estado de São Paulo. O futuro já foi tratado em matéria específica, e retrospectivas sempre têm uma conotação triste.

Permito-me, então, ainda que numa revista de cunho institucional, fazer uma reflexão sobre fases, momentos da nossa vida que fecham um ciclo, como neste caso específico, o final da administração “Rs”, como costumávamos chamar muitas vezes: eu, Renata (DF), Raecler (vice DF da Capital), Rodrigo (vice DF do interior) e Rosinei (Diretora Administrativa). Na verdade, seria apenas um modo carinhoso de atribuir um nome, porque a administração foi feita com todas as letras do abecedário, do “A” ao “Z”. A administração foi compartilhada, estudada, sempre havendo um pedaço da Justiça Federal para que cada um dos servidores do administrativo pudesse zelar. A todos os servidores ligados à Diretoria do Foro neste biênio 2007-2009, meus sinceros agradecimentos de todo o coração, pois sem o apoio, engajamento e dedicação de todos, nada aconteceria.

Não posso deixar de registrar que depois de passar dez anos de magistratura trabalhando na área-fim, foi muito gratificante conhecer e aprender com os servidores do administrativo também. Ver as pessoas “vestindo a camisa”, dedicando-se ao bem comum com idealismo e paixão foi o que me motivou e me alimentou nestes dois anos. Lidando com prédios, contratos, orçamento, entre outros, o que valeu e o que sustentou tudo isso nos momentos difíceis - que ocorreram em bom número - foi a boa vontade e o comprometimento da força humana da Justiça Federal. A todos vocês meu “muito obrigada”.

Finais de ciclos geram sentimentos estranhos porque nos



acostumamos com as situações, porque somos refratários às mudanças e, sobretudo, porque nos remetem à nossa própria finitude.

Contudo, não sei se por influência da etimologia do meu nome, que remete ao “renascimento”, mas essa noção de que o fim é o pressuposto do recomeço é meu grande lema, e é exatamente a mensagem que eu gostaria de deixar, assim como já cantou lindamente Gilberto Gil em “o amor da gente é como um grão, tem que morrer pra

germinar”. Também Paulo Mendes Campos no conto “Amor Acaba”, que começa de um modo dramático e revela, com um ritmo crescente de Bolero de Ravel, várias cenas com as quais nos identificamos, coisas que acabam devagar e outras abruptamente, para que no final, que ao meu ver é muito doce, dizer “mas pode acabar com doçura e esperança; uma palavra, muda ou articulada, e acaba o amor; na verdade; no álcool; de manhã, de tarde, de noite; na floração excessiva da primavera; no abuso do verão; na dissonância do outono; no conforto do inverno; em todos os lugares o amor acaba; a qualquer hora o amor acaba, por qualquer motivo, o amor acaba; **para recomeçar em todos os lugares e a qualquer minuto, o amor acaba.**” (grifei).

Os finais são bons, é o que dá espaço ao novo, ao renascimento, por isso a Páscoa é a celebração comum entre muitas religiões. Renascimento, continuidade, coerência, equilíbrio e frutificação é o que desejo para a nossa Justiça, e particularmente para cada um de nós que ficamos aqui, por vezes muito mais do que das 11 às 19 horas, entregando tudo de bom das nossas essências.

Nunca é repetitivo dizer mais uma vez, muito obrigada a todos vocês, deixando nesta oportunidade um carinhoso abraço e até breve.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Aconteceu: | 03 |
| Capa: Ano Novo - Novos Desafios | 04 |
| Entretenimento e Cultura..... | 06 |
| Recursos Humanos: O serviço psicossocial | 07 |
| Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração das varas previdenciárias | 08 |
| Administração: Novos planos para a Presidente Wilson | 10 |
| Canal Aberto: “Aceita uma caipirinha?” | 11 |

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Diretor do Núcleo de Comunicação Social: Helio C. Martins Jr. Seção de Multimídia e Audiovisual: Gerrinson Rodrigues de Andrade e Christiane Amélia Martins Fonseca; Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa: Ricardo Acedo Nabarro, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro e Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Erica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.

Fotos: Gerrinson R. de Andrade



NOVA SEDE DE BAURU* – A desembargadora federal Marli Ferreira, presidente do TRF3, a juíza federal Renata Andrade Lotufo, diretora do Foro da Seção Judiciária de São Paulo e o juiz federal Heraldo Garcia Vitta, diretor do Fórum de Bauru inauguraram, dia 18/2, o novo prédio da 8ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo. O prédio, com 8 andares, está localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 21-05/Bauru.



TERMO DE DOAÇÃO EM SÃO JOÃO BOA VISTA – No dia 13/2, foi assinado o Termo de Doação do terreno da Av. Durval Nicolau para a Justiça Federal, futura sede do Fórum. Estiveram presentes Renata Andrade Lotufo, juíza federal diretora do Foro, e a juíza federal titular de São João da Boa Vista, Luciana Aguiar da Costa Alves Henrique que assinaram como testemunhas; Nelson Mancini Nicolau, prefeito da cidade, Adriano Dutra Carrijo, coordenador-geral do NAJ/ AGU em São Paulo e Evangelina Almeida Pinho, da Gerência Regional do Patrimônio da União em São Paulo.

ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS - São Paulo: 1º Edital de Eliminação de Documentos Administrativos, 16/1 – Foram eliminados 1000 documentos, das décadas de 70 e 80, sem interesse para guarda, pela administração. A Justiça Federal prepara novos editais voltados para as áreas Previdenciária, Cível e de Execução Fiscal. **Araraquara:** *Processos findos se transformam em papel reciclado* - De 12 a 14/1 foram fragmentados 500 quilos de papel, agravos de instrumento, doados pelo Fórum de Araraquara a duas empresas da Cooperativa Autogestionária de Solidariedade de Matão – COOPERSOLMAT.

Fotos: Viviane Ponsini



CURSO SOBRE PENHORA E AVALIAÇÃO DE BENS –Estiveram presentes, dias 22 e 23/1, no Fórum das Execuções Fiscais/SP, cem analistas judiciários executantes de mandados. O evento teve participação de dois leiloeiros oficiais credenciados; promoção da Central de Hastas Públicas Unificadas (CEHAS); apoio da Diretoria do Foro, coordenação da juíza federal Lesley Gasparini, colaboração da Seção de Treinamento e Desenvolvimento e da Seção de Apoio Logístico a Eventos de Capacitação.

DESAFIZAMENTO - Biênio 2007/2009 –De maio/2007 a 30/1/2009, as doações totalizaram 8298 itens, incluindo livros e bens de informática, avaliados em R\$ 374.025,00. Foram beneficiadas 45 instituições e órgãos públicos, na capital e interior. **Araraquara:** 1º Ato de Desfazimento de Bens Patrimoniados – Em 27/1, aconteceu o 1º ato do Fórum. O beneficiado, Secretaria da Administração Penitenciária - Central de Penas e Medidas Alternativas de Araraquara, recebeu 129 itens de informática e 85 de materiais permanentes, para uso de servidores e estagiários do próprio órgão.

Fotos: Gerrinson R. de Andrade



LEILÃO EXTRAJUDICIAL* – em dezembro/2008, a Justiça Federal de São Paulo realizou o “1º Leilão Extrajudicial de Bens Móveis” considerados inservíveis, no auditório do Fórum de Execuções Fiscais. A medida, inédita, arrecadou R\$ 94.500,00 com a venda de diversos automóveis que estavam em desuso e ocupavam espaço na unidade da Presidente Wilson. O valor foi revertido para a União Federal. A Central de Hastas Públicas Unificadas de São Paulo, CEHAS, promoveu o leilão.



*Assista ao vídeo no espaço multimídia da Revista virtual em: <http://imprensa.jfsp.gov.br> ou pela internet no endereço: www.jfsp.jus.br no botão: **imprensa > videoteca virtual.**

Ano Novo - Novos Desafios

Ricardo Acedo Nabarro

Prestes a terminarem o mandato de dois anos na administração da Justiça Federal de São Paulo, a diretora do foro juíza federal Renata Andrade Lotufo e os vice-diretores juízes federais Raecler Baldresca e Rodrigo Zacharias receberam a “Justiça em Revista” e falaram sobre as conquistas, dificuldades e esperanças para o futuro da instituição. Critérios mais objetivos na administração, reestruturação de funções, treinamento, desfazimento de bens, eliminação de autos e descentralização administrativa foram alguns dos temas abordados no encontro.

JR - Como foi dirigir a maior Seção Judiciária Federal do Brasil?

Renata – Com certeza um dos maiores desafios da minha vida. A luta foi diária, e as batalhas foram as mais diversas, mas com certeza um dos meus grandes adversários foi o tempo. A ansiedade é constante, porque são muitas idéias, muitos desafios para lidar com pouco tempo, e pouco orçamento. É sempre bem complicado para todos lidar com o novo e derrubar o princípio do “é assim porque sempre foi feito assim”, um verdadeiro prato cheio para o trabalho mecânico e sem motivação.

Raecler – Por outro lado, acho que aprendemos a solucionar os mais variados problemas que se apresentaram nas mais variadas formas, de modo que dificilmente haverá uma situação no futuro com a qual nós não saibamos lidar. Foi, antes de mais nada, um excelente aprendizado para a vida profissional, para a atuação nas nossas próprias varas e também para a vida pessoal, já que lidar com pessoas sempre permite um crescimento nesse campo.

Rodrigo – Também acho que foi um grande desafio. Minha atuação foi subsidiária, pois me concentrei nas questões de processos administrativos disciplinares de servidores e gestão documental. Enquanto substituí a diretora do foro em suas ausências regulamentares, tive oportunidade de vivenciar a atividade administrativa em sua plenitude, convivendo com servidores qualificados. A atuação sintonizada tanto com a Renata quanto com a Raecler – passei a admirá-las muito – facilitou tudo. Seguir os passos da Renata foi um norte, um porto seguro. Também não poderia deixar de mencionar os ótimos frutos obtidos com o grupo permanente de gestão documental, um pessoal de muito valor, num trabalho de grande monta.

JR - Quais foram os principais avanços nos últimos dois anos?

Renata – Creio que foi tornar institucional critérios objetivos, impessoais e públicos. Se uma vara pede um equipamento de informática, por exemplo, nós temos a situação de computadores de todas as varas devidamente mapeada, podemos usar de critérios objetivos para acatar ou não o pedido. Outro exemplo foi a reestruturação de funções feita em conjunto com a presidência do TRF3. Além do número desigual de servidores, para piorar as varas tinham uma discrepância de funções comissionadas entre 42% (18 varas) e 91% (21 varas). Conseguimos manter a uniformidade em 80%. Além disso, investimos bastante nos servidores, desde sua formação (Banco de Diretores é um dos exemplos), treinamento e eventos motivacionais. Além disso hoje temos a OS nº 02/2008 sobre alteração de lotação de servidores. O próprio servidor interessado sabe que seguimos a lista cronológica, que não ganha quem pede mais ou pede para alguém de patamar mais alto. De maio de 2007 a janeiro de 2009 conseguimos atender 615 pedidos de alteração de lotação seguindo critérios impessoais e objetivos.

Raecler – Concordo com a Renata. Acho que o principal avanço foi a solidificação da adoção de critérios objetivos para praticamente tudo da Administração, o que já havia sido iniciado na gestão anterior, mas que se tornou mais concreto nesta gestão. Isso é fundamental, a meu ver, porque é a concretização do princípio da moralidade administrativa em sua forma mais pura.

Rodrigo – Houve muitos, a exemplo do que ocorreu na gestão anterior, do juiz federal Paulo Sérgio Domingues. Constatei que a Renata trouxe um grande cabedal de



Foto: Ricardo Acedo Nabarro

Da esquerda para a direita, os juízes federais: Rodrigo Zacharias, Renata Andrade Lotufo e Raecler Baldresca

realizações, num ritmo muito forte. Hoje assumimos a responsabilidade pelo nosso lixo, demos passos importantes na gestão documental (notadamente na eliminação de autos findos), bem como no desfazimento de bens desnecessários à Administração. No mais, a gestão com base na impessoalidade, lastreada em critérios objetivos para a gerência de bens e pessoas, é um ganho inestimável. Constatamos, ainda, que muitos colegas tecem elogios à Renata, pela forma transparente de administrar.

JR - O que ainda precisa ser melhorado?

Renata – Nesta gestão nós insistimos muito no fato de que a administração da Justiça Federal de Primeiro Grau

precisa ter a organização de uma empresa, já que nosso trabalho, apesar de público, é de porte comparável a uma grande empresa. Reestruturamos a administração com este enfoque, estabelecemos metas, cobrança de resultados e planejamento estratégico. Precisamos focar no planejamento estratégico para que a prestação do serviço público tenha sempre qualidade sem rupturas, independentemente se o diretor do foro é “A” ou “B”. Precisamos despersonalizar a prestação administrativa. Cada ente administrativo, fórum e vara tem de assumir seu papel administrativo, cada vez mais, no funcionamento desta máquina para trabalhar em prol de um bem comum. A Direção do Foro tem de ter cada vez mais essa cara de empresa e descentralizar com responsabilidade. Alguns ainda resistem em assumir seu papel administrativo e vê na administração central um “pai” que tem de dar todas as soluções e ações prontas e acabadas. Dentro da DF especificamente, ainda precisamos investir mais no planejamento estratégico com menos “fragmentarismo” entre os núcleos. Para implantar qualquer projeto é imprescindível a junção de esforços, por exemplo, se o RH quer virtualizar algum procedimento precisará da informática para bolar o programa; da O&M para analisar e preparar a minuta de ordem de serviço; e a informática precisará do auxílio da área de compras para adquirir o material. E por aí vai. Por fim, também é preciso diminuir o desconhecimento mútuo entre as áreas meio e fim (administração e varas/juizados).

Raecler – Concordo. É preciso que se tenha a consciência de que o nosso trabalho nas varas/juizados melhora e

muito se houver afiniação com as áreas administrativas e se desempenharmos bem nossas tarefas na área administrativa.

Rodrigo – Assino embaixo. Acrescento que “estrutura” da Diretoria do Foro talvez deva ser aumentada. Digo o número de servidores, porque o trabalho é gigantesco, sempre crescente. Mas sei que isso depende de um sem-número de fatores, em geral externos à Justiça. Também acredito que algumas responsabilidades da Diretoria do Foro possam ser descentralizadas para as subseções judiciárias, mas isso dependeria de lei ou de ação do Conselho da Justiça Federal de Brasília.

JR - Quais são os principais desafios em administrar uma Justiça do tamanho de São Paulo?

Renata – O gigantismo. E nisso bato na tecla de que o orçamento para a Primeira Instância do Estado de São Paulo é pequeno em comparação às demais Seções Judiciárias do Brasil. Para comprarmos mobiliário, carro, caneta, café, açúcar na quantidade que São Paulo necessita, tudo isso fica muito caro. É difícil manter a qualidade dos produtos com tanta demanda. Os serviços também se complicam devido a imensidão do Estado, é comum termos de abrir diversas licitações para atender as diferentes regiões. Além disso, administrar tantos imóveis é complicado. Enquanto estamos terminando uma reforma, vários outros pedidos estão chegando ao mesmo tempo. Cai uma chuva e inunda um fórum, o teto de outro tem problemas, assim por diante.

Rodrigo – A complexidade das normas da Administração Pública e o tamanho da Justiça Federal em São Paulo realmente causam impressão. Isso faz com que muitas decisões

tenham de ser tomadas com urgência, mas ao mesmo tempo com conhecimento e convicção. O desafio é basicamente isso: diagnosticar as demandas, priorizá-las e prover o necessário, visando atender as necessidades dos servidores e juizes, com o foco no interesse público, proporcionando um serviço de qualidade, mas tendo em mente que os recursos são limitados.

Raecler – Também acho isso. Por ser enorme, a Justiça Federal de São Paulo apresenta grandes, complexos e os mais diversos problemas, que devem ser solucionados sempre em larga escala e afetam muita gente. Certamente, essa é a maior dificuldade, mas também é por esse motivo

ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO

380 pedidos em aberto em 30/4/07
734 novos pedidos formulados entre 1/5/07 e 30/1/09
246 desistências de pedidos de 1/5/07 a 30/1/09
615 pedidos atendidos entre 1/5/07 e 30/1/09
253 pedidos em aberto em 30/1/09
33% foi a redução de pedidos em aberto entre 30/4/07 e 30/1/09

ELIMINAÇÃO DE AUTOS FINDOS EM 2008

2,7 toneladas de papel ou 11.823 processos foram eliminados dos fóruns da capital (Cível, Criminal e Previdenciário).

14.726,7 toneladas de papel ou 31.027 processos foram eliminados dos fóruns do interior.

que a experiência é tão valiosa.

JR - O que os senhores esperam para o futuro da Justiça Federal/SP?

Renata – A tecnologia de ponta, a melhoria das instalações, a agilidade e qualidade dos meios necessários à prestação jurisdicional só serão possíveis e viáveis se tivermos um serviço de excelência e não “para excelências”, como costume brincar. É isso que eu espero para a Justiça Federal, pessoas de qualidade trabalhando felizes e com responsabilidade na área de sua melhor aptidão. Se conseguirmos isso, as modernidades e os benefícios virão juntos.

Raecler – Espero que haja transparência nas atividades administrativas e manutenção e aperfeiçoamento dos critérios objetivos na atividade administrativa.

Rodrigo – Sonho com um ambiente em que os processos tramitem com mais rapidez, os servidores e juizes trabalhem com mais contentamento, os jurisdicionados mais conscientes de nosso trabalho. E que haja, sim, mais varas federais, mais servidores, mais juizes, mais fóruns e melhores, com melhor acessibilidade, mais segurança etc. Sonho que a Justiça Federal de São Paulo se torne uma vanguarda no contexto da Federação, seja em celeridade, seja em estrutura, seja – principalmente – em satisfação dos jurisdicionados.

JR - Que mensagem deixariam para o próximo diretor do foro?

Renata – O “caput” do artigo 37 da Constituição Federal perdeu para mim, como diretora do foro, a característica apenas acadêmica de princípios. Então aconselho para o próximo diretor do foro que isso se torne um “mantra”: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade é o ar que ele respirará todos os dias. Fora isso muita, mas muita paciência e organização. Como eu já disse, o tempo pode ser tanto nosso melhor amigo como o pior inimigo. Para um juiz, sair da esfera de julgador e passar para o papel de administrador e ordenador de despesas é muito difícil, acho que isso gera um autoquestionamento de muita coisa. Sem dúvida, o melhor é deixar rolar essas mudanças internas pelas quais ele(a) irá passar com certeza.

Raecler – Desejaria boa sorte, bom senso e boa vontade para resolver os problemas que surgirão e superar todas as dificuldades normais da atividade administrativa.

Rodrigo – As conquistas em termos de impessoalidade, comprometimento, planejamento estratégico, diálogo com os magistrados, diagnóstico dos problemas e foco na eficiência não podem ser deixadas de lado. Oxalá sejam mantidas como prioridade na próxima Administração.



O Som do Coração Drama – EUA – 2007

Kirsten Sheridan

August Rush é uma criança especial, que nasceu de um encontro casual entre um guitarrista e uma violoncelista. Crescido num orfanato e dotado de um dom musical impressionante, ele se apresenta nas ruas de Nova York ao lado do divertido Wizard (Robin Williams). Contando apenas com seu talento musical, August decide usá-lo para tentar reencontrar seus pais. Com Freddie Highmore, Robin Williams, Keri Russell, Jonathan Rhys Meyers e Terrence Howard. Recebeu uma indicação ao Oscar.



O sonho de Cassandra

Drama – EUA/INGLATERRA/FRANÇA – 2007

Woody Allen

Os irmãos Ian (Ewan McGregor) e Terry (Colin Farrell) decidem comprar o barco “Cassandra’s Dream”, apesar dos problemas financeiros que ambos atravessam. Terry é um mecânico viciado em jogo e sempre está às voltas com novas dívidas. Ian trabalha no restaurante do pai, mas sonha em largar o negócio para alçar vôos mais altos. Ambos moram com os pais, com a família sendo auxiliada financeiramente pelo tio Howard (Tom Wilkinson). Um dia Howard aparece para uma visita, o que anima Ian e Terry. Eles pretendem pedir dinheiro ao tio, para que possam realizar os sonhos que têm para suas vidas. Howard aceita ajudá-los, mas o que exige em troca muda para sempre a vida dos irmãos.



Súmula Vinculante: um estudo à luz da Emenda Constitucional 45, de 08.12.2004

2008 - Editora Juruá

Alexandre Sormani e Nelson Luis Santander

Escrito após a promulgação da Emenda Constitucional 45, de 30 de dezembro de 2004, este livro aborda as inúmeras implicações decorrentes da introdução da súmula vinculante no sistema jurídico brasileiro. Dividido em três partes, o trabalho inicia pelo resgate das origens históricas da súmula vinculante, abordando especificamente os dois grandes sistemas do mundo ocidental - o da *civil law* e o do *common law*. A obra analisa também o projeto de lei que regulamenta o disposto no art. 103-A, ora em trâmite no Congresso Nacional, a qual encampa parte das sugestões apresentadas pelos autores no presente trabalho.



Hedoneana: Terra das Liberdades.

2008 – Editora Baraúna

Luiz Guilherme Martins

Parte 1: Transbiônica – Numa sociedade militarizada e muito religiosa, algumas pessoas são acometidas de um distúrbio mental descoberto por um gênio da ciência. Este cientista coordena o projeto para o desenvolvimento de um ciborgue, que estará apto a fazer uma incrível e reveladora viagem.
Parte 2: Transumana – Três homens, uma mulher e um ciborgue, reclusos numa astronave rumo ao espaço, buscam pela própria identidade em meio a uma revolução moral. Enquanto decidem se voltam à Terra, eles tentam entender seus dilemas mais íntimos e descobrem uma vida cheia de aventuras pessoais, prazeres e liberdades.

* Os dois livros podem ser emprestados na Biblioteca Central do Fórum Pedro Lessa (SP) e na Biblioteca do Fórum de Campinas.

O serviço psicossocial na Justiça Federal

Como é a atuação dos psicólogos e assistentes sociais na área da saúde

Viviane Ponstinnicoff

A área da saúde da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo engloba as especialidades de Enfermagem, Medicina, Odontologia, Psicologia e Serviço Social. No campo da saúde mental, psicólogos e assistentes sociais são os responsáveis pelo atendimento aos servidores da instituição. É o chamado “Serviço Psicossocial”.

A área de saúde vem, desde a sua criação, desenvolvendo ações ao longo de sua história na Justiça Federal, atendendo demandas de natureza e complexidade diversas.

Fatores como o crescimento da população e as novas tecnologias, que trazem em seu bojo exigências e situações que produzem novas formas de sofrimento, novas patologias, além de um incremento das patologias já conhecidas são o ponto de partida para uma maior atenção das ações da saúde dentro da instituição.

É nesse contexto que se coloca a importância da multidisciplinaridade, um campo de visões e práticas distintas e integradas no tratamento das demandas de saúde. De acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde, OMS, saúde é o “completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença”.

Para a assistente social Marlene Ribeiro Dutra e para a psicóloga Sílvia Regina Tachinardi, o trabalho só é possível com a colaboração de toda a equipe. “Devemos pensar de que maneira positiva podemos atuar nos problemas dos servidores. Para o trabalho funcionar, a área da saúde como um todo participa, desde a detecção do problema, passando pelo encaminhamento do servidor a um profissional credenciado de fora até o acompanhamento do caso”.

Na frente de atuação clínica, os psicólogos e assistentes sociais, atuam nos níveis assistencial e pericial. O trabalho ajuda magistrados, servidores ativos ou aposentados e seus familiares, quando acometidos de patologias mentais, em fase aguda ou crônica, dependentes químicos e outras patologias que possam exigir atenção à saúde mental.



Foto: Viviane Ponstinnicoff

Equipe da área de saúde.

Embora a atividade pericial seja um ato eminentemente médico (licenças por motivo de saúde mental, licenças para tratamento de pessoa da família e demais

quadros clínicos), o serviço psicossocial é chamado a intervir, seja para contribuir com a sua avaliação, seja para propor outros encaminhamentos que consideramos oportunos na condução dos tratamentos. Dessa forma, a atividade assistencial se conjuga à atividade pericial.

Os encaminhamentos feitos ao serviço psicossocial partem de um pressuposto de que há indicadores de necessidade de atenção à saúde mental e da suposição de encontrá-la no referido serviço.

As profissionais explicam que há algumas maneiras do servidor com problemas chegar até a área da saúde. “O próprio servidor pode nos procurar espontaneamente, mas, quando isso não acontece, o ideal é a chefia direta entrar em contato. Alguns casos podem ser encaminhados pelos profissionais do acompanhamento funcional ou até mesmo pela própria família do servidor”.

Quando um servidor precisa ser afastado por um longo tempo de seu local de trabalho, o serviço psicossocial atua tanto na sua reinserção em seu local de origem, quanto em uma nova lotação. “Fazemos a abordagem ao servidor, à chefia e aos colegas, buscando esclarecer e pontuar as possibilidades e limites para o trabalho, inclusive nas relações sociais no trabalho. É uma ocasião oportuna para trabalhar as expectativas do grupo envolvido”, explica Marlene.

VEJA ALGUMAS AÇÕES PROMOVIDAS PELA ÁREA DA SAÚDE NO CAMPO DA PREVENÇÃO

- Programa de Qualidade de Vida;
- Programa de Ginástica Laboral (capital e Grande São Paulo)
- Oficinas de Prevenção do Estresse;
- Palestras nos fóruns do interior;
- Palestras na área de Saúde Bucal
- Campanhas de Saúde



As juízas federais Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri, da 2ª Vara Previdenciária e Tatiana Ruas Nogueira, da 5ª Vara Previdenciária, ambas da 1ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, falam sobre as prioridades e soluções na administração da Vara no Fórum Federal Previdenciário.

Desafios e prioridades na administração de Varas Previdenciárias

A solução começa pela união

O uso de dicotomias pode ser interessante, por vezes, para a reflexão jurídica. Pensemos, por exemplo, nos pares Direito Natural/Direito Positivo, Direito Público/Direito Privado, Direito Objetivo/Direito Subjetivo, lícito/ilícito, válido/inválido e assim por diante. Nesses casos, a utilização de duos pode esclarecer uma realidade, que, não obstante, é percebida como complexa e que, por isso, nunca se reduz a esquemas conceituais simplificadores.

Em se tratando de Varas Federais Previdenciárias, é relevante, sobretudo, o par justiça/celeridade. Não se pretende, à evidência, perseguir uma rapidez que prejudique uma prestação jurisdicional efetivamente comprometida com os valores historicamente associados à justiça. Não se pode esquecer, contudo, que os jurisdicionados são, em sua imensa maioria, pessoas idosas, que fazem jus à prioridade na tramitação por força da Lei n.º 10.741/2003, ou são doentes, viúvos ou órfãos. Sob qualquer ângulo, pessoas que exigem uma atenção especial, tanto dos magistrados quanto dos servidores. Celeridade, então, facilmente pode representar a diferença entre alcançar de fato, ou não, o bem da vida pretendido.

Difícil, no entanto, lidar com os números: de acordo com o relatório estatístico do ano de 2008, divulgado pela Egrégia Corregedoria-Geral da 3ª Região, o Fórum Previdenciário contava, até o final daquele ano, com um total de 37.563 feitos para as cinco varas. A relação dos processos cadastrados, por outro lado, demonstra que, em 2006, entraram 8.814 novos feitos; em 2007, 8.578 e, por fim, em 2008, 13.365. Vê-se, portanto, que a curva é ascendente, tendência que vem se mantendo nesse início de 2009.

Como trabalhar com essa realidade? Há tempos, o Fórum Previdenciário tem-se caracterizado não só pela união de propósitos, como também pelos diálogos constantes entre magistrados, diretores e servidores, em busca de soluções que assegurem a rápida solução dos litígios.

Tal ligação, aliás, tem-se revelado em diversas situações, como, por exemplo, por ocasião da entrada em vigor da Lei n.º 10.741/2003, momento em que as Varas

Previdenciárias se viram diante do desafio de dar preferência à quase totalidade dos feitos e, portanto, da premência de acionar a inventividade a fim de encontrar soluções que melhor atendessem à disposição legal. Foi por conta dessa união, fortalecida por diálogos freqüentes, que surgiu a idéia deste texto conjunto.

Inspirando-se, com efeito, na prioridade que a 5ª Vara Previdenciária sempre dedicou à execução dos julgados, com ênfase na expedição de requisitórios e liberação do numerário depositado, a 2ª Vara Previdenciária houve por bem estruturar um setor específico para expedição dos aludidos ofícios, buscando, por outro lado, alternativas para um processamento mais rápido dos feitos em tramitação nessa fase, com especial destaque para a inversão do procedimento executório.

A supramencionada inversão se dá por iniciativa do Juízo, que, por despacho, não só encarrega o exequente de providenciar as cópias imprescindíveis à instrução do mandado voltado à implantação do benefício, quando é o caso, como também, e principalmente, o insta a adotar as medidas necessárias para que o INSS apresente o cálculo dos valores atrasados, vale dizer, é a Autarquia Previdenciária, que já detém os dados e programas pertinentes, quem irá oferecer a conta de liquidação.

Havendo concordância por parte do segurado, os cálculos oferecidos pelo executado serão acolhidos pelo Juízo e os valores atrasados, ato contínuo, requisitados ao Excelso Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Caso não haja concordância, o INSS será citado, é claro, nos termos do artigo 730 do Código de Processo Civil, para pagamento ou oferecimento de embargos à execução, seguindo-se nessa hipótese, portanto, o trâmite tradicional.

Tal proceder tem dado resultados profícuos no tocante ao ágil escoamento dos autos, com maior satisfação do jurisdicionado, dada a sensível diminuição das etapas voltadas à fixação do *quantum debeatur*, em comparação com o procedimento executório usual, ensejando, necessariamente, maior rapidez na expedição das requisições.

A inversão do procedimento executório acabou por ser adotada também pela 5ª Vara Previdenciária, a qual, por sua vez, tem-se pautado, na organização de seus trabalhos, pela tentativa de padronização dos



Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri
Juíza Federal titular
2ª Vara Previdenciária
Fórum Previdenciário - Capital

Tatiana Ruas Nogueira
Juíza Federal titular
5ª Vara Previdenciária
Fórum Previdenciário - Capital

procedimentos adotados, com a divisão dos seus diversos setores segundo a fase processual das demandas e adoção de modelos.

A divisão dos trabalhos de Secretaria sempre se deu, tendo em vista a especialidade da matéria tratada, segundo a fase processual dos feitos. Assim, a Secretaria da 5ª Vara Previdenciária foi dividida em setores, inicialmente independentes, que cuidavam, cada um, de um momento específico do processo, e que correspondiam aos setores de iniciais, provas, apelações, citação pelo artigo 730 do Código de Processo Civil, embargos à execução, expedição de ofícios requisitórios e, à época, setor de alvarás de levantamento. Dessa maneira, a eficiência dos trabalhos ou suas dificuldades podiam ser rapidamente identificados em cada setor.

Essa organização, ao longo de todos esses anos, muito embora tenha sempre seguido esse modelo de divisão por fase processual, sofreu várias mudanças em razão das circunstâncias de cada momento, mostrando-se de fácil e rápida adaptação aos desafios de cada época, que variaram de um desesperador quadro incompleto de servidores, hoje resolvido, a uma significativa alteração das ações em trâmite na Vara, apresentando, de início, um grande número de feitos antigos em fase de execução de sentença, e, atualmente, um elevado aumento de feitos na fase de conhecimento, com as demandas de concessão de benefícios superando o número de feitos de revisão.

Presentemente, a Vara encontra-se dividida em dois grandes setores, conhecimento e execução, subdivididos nas fases processuais já mencionadas, com duas equipes distintas que mobilizam sua força de trabalho nos seus diversos subsetores, conforme necessário. A união desses servidores em um mesmo propósito foi a

mais benéfica consequência dessa aglutinação.

O resultado mais representativo dessa organização revelou-se na produtividade do setor de execução, contínua e significativa ao longo de todo o ano judiciário, com a expedição de grande número de ofícios requisitórios e, conseqüentemente, a extinção da execução no momento oportuno.

Contudo, essa grande quantidade de feitos na fase de execução acabou por gerar expressivo aumento do número de embargos à execução, impactando negativamente a Secretaria da Vara, a contadoria judicial, e, por conseqüência, a celeridade dos processos e a efetiva justiça do resultado final. A solução para a 5ª Vara Previdenciária foi encontrada na experiência da 2ª Vara Previdenciária, adotando-se também na 5ª Vara Previdenciária, o modelo de execução invertida.

Rapidamente, o sistema recentemente adotado na 5ª Vara Previdenciária começou a produzir bons resultados, facilitados pela existência de um único réu, INSS, representado pelos mesmos procuradores em ambas as Varas, que não encontraram dificuldades em atender, também na 5ª Vara Previdenciária, às determinações do Juízo, dada a semelhança dos procedimentos e prazos adotados em ambas as Varas Previdenciárias.

Isso só foi possível em razão do diálogo franco entre as duas Varas (magistrados, diretores e servidores), que lidavam com um mesmo desafio: imprimir maior celeridade, atenta aos reclamos da justiça, a uma execução de sentença tão especial quanto a execução de julgados previdenciários. Presentemente, os diálogos dizem respeito à tentativa de implantar procedimentos que possibilitem a realização de acordos judiciais, partindo essa iniciativa da 5ª Vara Previdenciária.

A troca de experiências entre tais Varas, em suma, tem-se mostrado enriquecedora tanto para uma como para a outra, que se inspiram mutuamente quando da adoção de condutas que, zelando sempre pela boa prestação jurisdicional, aceleram os resultados, priorizando, assim, a solução final dos conflitos. Afinal, se, num dos pólos, figura o INSS, gestor de interesses públicos, tem-se, no outro, no mais das vezes, pessoas hipossuficientes, credoras de uma prestação jurisdicional que não pode tardar.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.gov.br.

Novos planos para a Presidente Wilson

Dorealice de Alcântara e Silva

A cada 40 dias, um sistema de logística perfeito garante o abastecimento da Seção Judiciária de São Paulo. Saindo do Núcleo de Material e Patrimônio e Depósito Judicial (NUMD), na avenida Presidente Wilson, os caminhões de abastecimento percorrem quatro grandes rotas com distância aproximada de 1.300 km (ida/volta) e quatro menores em torno de 400 km (ida/volta), transportando materiais de consumo (canetas, tinta para computadores, papel etc.) e material permanente (móveis, computadores etc.) para os 47 fóruns do Estado de São Paulo.

O NUMD está localizado no Complexo da Presidente Wilson (PW), ao lado do Núcleo de Arquivo e Depósito Judicial (NUDJ). Espaço físico para ambos não falta. São 43.200 m² de um galpão recortado por trilhos da antiga Rede Ferroviária Federal, que já foi depósito de grãos de café (extinto Instituto Brasileiro do Café - IBC), de livros (extinta Fundação de Amparo ao Estudante - FAE) e de alimentos (Companhia Brasileira de Alimentos - Cobal). Desde 1998, o local abriga as veias (almoxarifado, patrimônio e depósito) e a memória (arquivo) da Justiça Federal de São Paulo.

Pouco a pouco o velho galpão vem se transformando. Para criar um ambiente agradável, as salas receberam pintura nova e a higiene foi intensificada em todas as dependências, inclusive no leito de terra em que estão fixados os trilhos, permanentemente molhado para evitar o pó. Para abrigar novas tecnologias de trabalho as salas da administração receberam sistema de ar condicionado; foi concluída a instalação do circuito fechado de TV e ativado o sistema de combate a incêndio em toda a área.

Atualmente o NUMD opera com um Sistema Eletrônico de Solicitação e Gerenciamento de Materiais de Farmácia e Almoxarifado, integrando todos os fóruns ao Almoxarifado Central. Esse programa elabora relatórios gerenciais e estatísticos das movimentações nos estoques do Almoxarifado Central (na PW) e subalmoxarifados locais. Ele facilita o planejamento da demanda e dos estoques bem como a gestão de operações de transporte e armazenagem usando uma tecnologia avançada, que confere segurança às informações e transparência na administração dos bens públicos.

Em fevereiro/2009, o almoxarifado registrava 1252 itens em estoque. O papel A4 e o toner são os materiais de

consumo mais significativos. Em 2008, esses dois itens custaram R\$ 1.620.000,00 à JF/SP quase um terço do gasto total da Seção de Controle Financeiro e de Suprimento de Material de Consumo (SUFC) para suprir todo o Estado (R\$3.500.000,00). Daí a importância de sua utilização de forma racional.

História viva

As mudanças na PW também alcançaram o atual NUDJ, antes Seção de Documentação e Arquivo Judiciário Central (SUDC). Além da construção de uma nova sala para abrigar novas atividades, como envio de processos aos Grupos Setoriais de Avaliação Documental, catalogação de documentos administrativos pelo Centro de Memória e o inventariado do acervo arquivístico processual, foi ampliado o parque informático com micros, impressoras, scanner, leitores óticos.

A NUDJ é responsável por 1.600.000 processos judiciais findos acondicionados em 250 mil caixas. Outras 24.450 caixas guardam documentos e processos administrativos. Em 2008, os 14 servidores desse Núcleo movimentaram 282.919 processos com ações de recebimento, conferência, arquivamento, desarquivamento, rearquivamento e troca de pacotes.

O trabalho em conjunto do Núcleo com a Comissão de Gestão Documental gerou, no último ano, 10 editais de eliminação, totalizando 11.823 autos transformados em seis toneladas de papel doadas para reciclagem. Com isso, 181 metros lineares foram liberados no arquivo. Um resultado muito positivo para o NUDJ — que ganhou espaço para trabalhar — e para o meio ambiente — cada tonelada de papel reciclado equivale a seis árvores .

Trabalho, aliás, é o que não falta no NUDJ, “as informações que espelham a sociedade precisam ser preservadas em sua mídia de origem até porque elas retratam a sociedade que as produziu, são sua história viva e fiel”. Eronilda Barbosa da Silva, diretora do NUDJ, resume o trabalho da área e faz questão de acrescentar que ele é possível porque conta com servidores



Eronilda, diretora do NUDJ



competentes, responsáveis e comprometidos com as tarefas que realizam.

Atualmente, a NUDJ tem um projeto em fase de aprovação para implantar uma seção de atendimento ao público externo, advogados e partes para vista e extração de cópias de processos arquivados. Para Eronilda o pedido de vista ou cópias feito diretamente na PW agilizará o atendimento do usuário e liberará as varas para outras tarefas, pois não haverá mais necessidade das visitas dos advogados até o balcão de suas secretarias.

Planejando 2009

Os desafios do Complexo da Presidente Wilson para 2009, tanto para o Núcleo de Materiais e Patrimônio e Depósito Judicial (NUMD) como para o Núcleo de Arquivo e Depósito Judicial (NUDJ), passam por adequações estruturais do velho galpão, a começar pelo telhado.

Gilvan Colaça Viana, diretor do NUMD, e Eronilda Barbosa da Silva, diretora do NUDJ, além da adequação do espaço físico em andamento e da implantação de novas tecnologias, destacam como grande ganho em 2008 a humanização do ambiente de trabalho no Complexo da Presidente Wilson e sentem-se, ambos, gratificados pelo esforço e pela colaboração dos servidores.

O NUMD e a NUDJ estão localizados na confluência das ruas Leopoldo Figueiredo com a Vemag e Auriverde com a avenida Presidente Wilson, no bairro do Ipiranga, São Paulo, Capital.



Gilvan, diretor do NUMD.

Aceita uma caipirinha?

C. Silva

Administrativo – São Paulo

Uma amiga me convidou para ir com ela tirar o tarot. Tarot Cigano, ela disse, botando ênfase no cigano. “A mulher é fera! Menina, ela fala tuuuuudo! E você não precisa dizer nada! Im-pres-sio-nan-te! E o melhor: a mulher fala e, pimba, acontece!”

Por uns breves segundos eu cheguei a me empolgar com a idéia de ir lá, consultar as cartas, a cigana, a Fortuna, ou sei lá. Mas acho que comecei a sentir medo quando ela falou “fera”. De repente, me lembrei que tive câncer. Não que eu não acredite que esteja curada, mas, enfim, o fofo lá do doutor deixou escapar uma palavrinha assim sem querer... “sobrevida”. Pois é, caros, todo mundo que passou por essa doença ingrata, não tem mais vida, tem é sobrevida! Seja ela de mais 5, 10, 20 ou 50 anos. Particularmente, negocieei, lá com a espiritualidade, um plano de vida de pelo menos mais uns 50 anos para a minha tão simpática pessoa. Estamos agora em fase de acertos para o pagamento. Já me comprometi a trocar o modo de viver quantas vezes achar que for necessário, sem limites!

Bom, mas o fato é que mesmo tendo comigo esse bom acerto, fiquei com medo de ir lá tirar a sorte, de ouvir alguém dizer o que me aguarda. Já pensou se ela diz que algo de muito ruim vai me acontecer (mais?) ou vai atingir alguém que eu amo? Pensei também que poderia chegar lá e oferecer o dobro do valor cobrado para que ela me diga apenas coisas boas. Mas vai também que ela me diz coisas tão, mas tão formidáveis, que me façam achar que só poderei estar no Paraíso quando tudo isso acontecer? Sei lá, vai que alguém lá em cima não sabe cumprir acordos e resolve cancelar meu plano de forma arbitrária e antecipadamente?

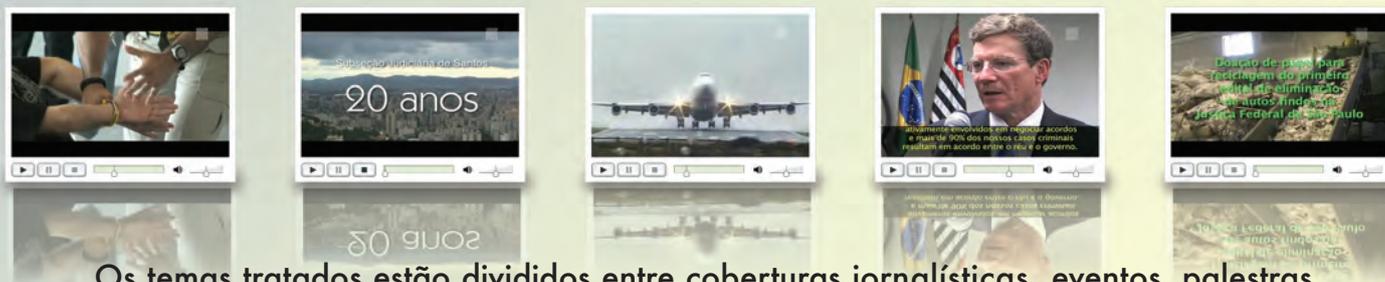
Não, definitivamente, estou descartando o tarot. Vou continuar assim, nessa incerteza do próximo minuto, saboreando as delícias das boas surpresas e me virando com os limões que, às vezes, nos são oferecidos! Aceita uma caipirinha?

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias. Encaminhe seu texto para jf-imprensa@jfsp.gov.br

VIDEOTECA VIRTUAL



Visite a nossa **VIDEOTECA VIRTUAL** disponível na página da Justiça Federal de Primeiro Grau da Seção Judiciária de São Paulo: www.jfsp.jus.br/videoteca.htm



Os temas tratados estão divididos entre coberturas jornalísticas, eventos, palestras, cursos, documentários e assuntos de interesse da instituição.